

Missão descartará juro até acordo

A proposta de renegociação da dívida externa com os bancos privados internacionais, que a missão brasileira leva hoje para Nova Iorque, prevê pagamentos crescentes a cada ano e projeta uma solução de longo prazo. O documento contempla a possibilidade de revisão dos termos a serem acertados, em função de novas elevações do preço do petróleo ou dos juros internacionais, afirmou ontem a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Com ar cansado, depois de trabalhar todos os dias do feriado prolongado com sua equipe, a ministra informou que restam poucos detalhes a serem definidos. Pela manhã, ela levou a proposta ao presidente Fernando Collor e hoje volta ao Palácio do Planalto para apresentar o documento final que será submetido aos credores. "Vamos provar que o Brasil é um país solvente e que as dificuldades que a economia brasileira atravessa são apenas conjunturais", assegurou Zélia.

Quando se sentarem amanhã à mesa com os 22 bancos do comitê assessor da dívida externa, segundo a ministra, a equipe brasileira de negociadores, chefiada pelo embaixador Jório Dauster, apresentará, de forma detalhada, o programa de ajuste econômico brasileiro. Na quinta-feira, a missão apresentará a proposta de refinanciamento da dívida, que será, simultaneamente, divulgada pelo Ministério da Economia, em Brasília, e apresentada ao Senado Federal. Na sexta-feira, depois de uma conversa preliminar com os credores, a missão retorna ao Brasil aguardando que seja marcada uma nova reunião com o comitê assessor.

A proposta brasileira inclui a disposição de não realizar qualquer pagamento de juros atrasados antes de concluída a negociação com os credores do Golfo Pérsico, com a possibilidade de novas elevações do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais.

O agravamento dessa crise, segundo a ministra, pode levar a revisões no acordo de refinanciamento da dívida. "Nós e eles sabemos que essa crise pode ter desdobramentos", ponderou Zélia. O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, disse que considera irrealistas os preços do petróleo e que as cotações desse produto tendem a se normalizar a partir de maio do próximo ano, quando começa o verão no Hemisfério Norte e cai a demanda por combustíveis.

Ontem, ao chegar ao Ministé-

rio da Economia, Ibrahim Eris disse que o governo pretende concluir, no menor prazo possível, o acerto com os credores, mas admitiu que isso vai depender da reação do comitê assessor à proposta que será levada pela missão brasileira. O documento está sendo mantido sob rigoroso sigilo. Em linhas gerais — como admite a ministra Zélia e alguns de seus assessores —, está mantida a posição de limitar a capacidade de pagamento do País a volumes anuais que não afetem o crescimento econômico. "Durante a década de 80, o Brasil teve seu crescimento econômico estagnado por falta de uma solução definitiva para o problema da dívida", comentou, ontem, o secretário de Política Econômica do Ministério e um dos negociadores da dívida, Antônio Kandir.